

Configurações do Campo Acadêmico do Jornalismo: a Construção do Conhecimento na Formação dos Jornalistas Lusófonos¹

Edwin dos Santos CARVALHO²
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

RESUMO

Este artigo apresenta os dados preliminares de uma pesquisa de Doutorado acerca das configurações do campo acadêmico do Jornalismo em quatro países de língua portuguesa situados na África. O objetivo do estudo é identificar aspectos singulares na formação universitária dos jornalistas de Angola, Cabo Verde, Moçambique e Guiné-Bissau, de modo que seja possível apontar as contribuições das universidades lusófonas africanas para o amadurecimento epistemológico do campo jornalístico. Para a obtenção dos resultados propostos serão analisadas as matrizes teóricas, curriculares e pedagógicas que fundamentam o ensino de jornalismo nesses países.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; conhecimento; África lusófona; ensino.

Introdução

A literatura acadêmica tem se debruçado sobre questões como narrativas, políticas da língua, interculturalidade e representações sociais nos países de língua portuguesa. Entidades como a Federação das Associações Lusófonas de Ciências da Comunicação (Lusocom) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) têm desenvolvido esforços no sentido de produzir pesquisas que estabeleçam relações entre as nações lusófonas nos diferentes continentes. No caso específico do jornalismo, existem diversas obras sobre a imprensa portuguesa e brasileira, bem como algumas publicações sobre a atuação do jornalismo em Angola, Moçambique ou Cabo Verde, escritas por autores nacionais e estrangeiros. “Contudo, inexiste qualquer obra que busque a unificação destas histórias que, em última análise, são uma única e só história, ainda que com *nuances*” (HOHLFELDT, 2015, p. 355).

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 15 a 17 de junho de 2017.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC, email: edwin_carvalho@hotmail.com

Mesmo após a criação da Lei Federal 10.639/03, que instituiu a obrigatoriedade do estudo da história da África, da cultura afro-brasileira e dos africanos na rede escolar do Brasil, de um modo geral, o conhecimento que temos sobre os países africanos é carregado de preconceitos e visões equivocadas, favorecidas por coberturas jornalísticas que insistem em retratar predominantemente os problemas sociais e econômicos enfrentados pelos povos daquele continente. “O discurso recorrente de miserabilismo endêmico entorpece e alimenta predadores que estão à margem do desenvolvimento, tal como o crime organizado e outras formas marginais que se aproveitam da porosidade do sistema” (ROSÁRIO, 2010, p.64).

Sem deixar de reconhecer que a maioria dos países da África enfrenta sérios problemas socioeconômicos, os contornos da identidade africana não podem ser resumidos ao contexto de extrema pobreza e subdesenvolvimento. A África que ressurge após o processo de descolonização e emancipação política é a menos conhecida e estudada, inclusive no meio acadêmico, ao mesmo tempo em que “proliferam cursos e publicações, muitos dos quais bastante superficiais, emotivos e equivocados” (VISENTINI et al., 2014, p.11) sobre o continente.

Apesar de a África ser o continente mais próximo do Brasil, de existirem imensas semelhanças humanas e naturais entre ambos, de ter havido uma forte interação ao longo da história e de os afrodescendentes constituírem cerca de um terço da nossa população (o que faz do Brasil o segundo ou terceiro “país africano”, isto é, em número de afrodescendentes), existe um desconhecimento profundo de sua história e de nossas relações com ela. (VISENTINI et al., 2012, p.11).

Este artigo apresenta os dados preliminares de uma pesquisa de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), iniciada em 2016, sob orientação do professor Eduardo Meditsch. A ideia de estudar o ensino de jornalismo na África lusófona surgiu da inquietação do doutorando, que também é professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Cariri (UFCA), diante da escassez de literatura sobre como pesquisadores e acadêmicos de países fora do eixo Europa-Estados Unidos estão produzindo e reproduzindo conhecimento sobre o jornalismo.

Diante desse interesse, a pesquisa propõe uma análise da configuração do campo acadêmico do jornalismo nos países de língua portuguesa, comunidade da qual o Brasil

faz parte e tão pouco conhece. O objeto de estudo são as bases epistemológicas que fundamentam o ensino de jornalismo, tendo como objeto empírico as escolas de jornalismo de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique. O problema de pesquisa está centrado nas matrizes teóricas, curriculares e pedagógicas que configuram o ensino de jornalismo dos países lusófonos situados no continente africano.

A intenção deste estudo é apontar aspectos singulares na formação universitária dos jornalistas, considerando as especificidades sociais, culturais e econômicas de cada país analisado; traçar os perfis dos professores e instituições que atuam nas principais escolas de jornalismo dos países de língua portuguesa selecionados; e, por fim, identificar autores, publicações científicas e outras iniciativas das universidades lusófonas africanas no sentido de construir conhecimento sobre jornalismo fora dos eixos hegemônicos.

Alguns aspectos sobre a África lusófona

Mesmo a língua portuguesa sendo a quinta mais falada no planeta e a terceira no mundo ocidental, superada apenas pelo inglês e pelo castelhano, a produção acadêmica da maioria dos países lusófonos ainda é um território desconhecido para grande parte dos pesquisadores brasileiros. O português é a língua oficial do Brasil, Guiné-Bissau, Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné Equatorial, Timor Leste, São Tomé e Príncipe e Portugal. A nossa língua é falada por mais de duzentos e sessenta milhões de pessoas em três continentes. O maior país de língua portuguesa é o Brasil, com cerca de 204 milhões de habitantes (IBGE, 2015). Em seguida vem Moçambique, Angola, Portugal e Guiné-Bissau.

Os quatro países escolhidos para esta pesquisa: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique, partilham de características comuns como o fato de terem sido colônias de Portugal e enfrentarem longos períodos de conflitos internos na luta pelas suas emancipações políticas. Localizados na região da África Austral, Angola e Moçambique estão entre os países mais populosos do continente africano. Em ambos os casos, as guerrilhas contra Portugal foram apoiadas por militares e civis cubanos e soviéticos que, durante a Guerra Fria, tentaram implantar o regime socialista na região. Moçambique tornou-se independente em 1975, após uma década de luta armada. Em Angola, depois

da independência em 1975, “instalou-se uma intensa guerra civil que durou cerca de três décadas e terminou em 2002. Estima-se que a guerra tenha dizimado mais de 1,5 milhões de vidas e deslocado cerca de 4 milhões” (GOVERNO DE ANGOLA, 2011, p.8).

Membros da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, Cabo Verde e Guiné-Bissau também enfrentaram lutas políticas e militares em seus processos de descolonização até se tornarem países independentes de Portugal. Na Guiné-Bissau, a tentativa de golpe militar ocorrida em 1998 fez com que o país entrasse em guerra civil. Em Cabo Verde, porém, “as manifestações contra o regime colonial não se cingiram à luta armada. Ao longo do século passado, a escrita e outras formas de manifestação cultural intensificaram a exteriorização do espírito nacionalista” (ÉVORA, 2010, p. 97). Em todos os casos, a imprensa teve papel decisivo na luta política, seja pela tentativa de manutenção do sistema colonial defendido pelos jornais oficiais, seja pelos movimentos de contestação expressos nos periódicos republicanos.

Entre os pesquisadores que tem se dedicado ao resgate da história do jornalismo no mundo lusófono, destacam-se o gaúcho Antonio Hohlfeldt (2015). Segundo ele, a imprensa luso-africana nasce no século XIX, em 24 de agosto de 1842, com a impressão do *Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde*. No mesmo ano, surge o *Boletim Oficial de Angola*, e em 13 de maio de 1854, o jornal de mesmo nome, em Moçambique. O levantamento do autor sobre a imprensa em países colonizados pela coroa portuguesa abre caminho para outras possibilidades de abordagens teóricas sobre o jornalismo nos países lusófonos, produzidas por pesquisadores brasileiros.

O exercício do jornalismo e a formação acadêmica nos países lusófonos

Embora esta pesquisa esteja em sua fase inicial já é possível apresentar alguns dados obtidos sobre o exercício do jornalismo e algumas características da formação acadêmica dos jornalistas africanos lusófonos. Na maioria dos países da África que têm o português como língua oficial, a obtenção do diploma superior em Jornalismo, Comunicação Social ou áreas afins é condição indispensável para o exercício da profissão de jornalista. Todos os países analisados nesta pesquisa possuem legislações

específicas para a área de comunicação e leis de imprensa que, na maioria dos casos, reforçam a importância da formação universitária para a prática jornalística.

Em Angola, a profissão de jornalista é regulamentada pelo Ministério da Comunicação Social que, entre outras atribuições, é responsável pelo cumprimento da Lei de Imprensa (Lei n.º 7/06 de 15 de Maio de 1991). Aprovado pelo Parlamento angolano em novembro de 2016, o novo Estatuto do Jornalista, elaborado pelo Ministério, estabelece as normas de funcionamento da *Comissão da Carteira e Ética*, órgão governamental que, dentre outras funções, tem a tarefa de atribuir a carteira aos jornalistas, com poderes para retirar, suspender ou cancelar o registro profissional em caso de qualquer irregularidade.

De acordo com a legislação em vigor, para obtenção da carteira profissional de jornalista, documento obrigatório para o exercício da profissão, é necessário diploma de graduação em Jornalismo, Ciências da Comunicação ou Comunicação Social. Os angolanos diplomados em outras áreas do saber também podem atuar como jornalistas, desde que se submetam a uma formação especializada em jornalismo que não pode ser inferior a um semestre.

Na República de Angola, a orientação, o acompanhamento e a fiscalização das atividades das instituições de ensino do país, incluindo as universidades, são atribuições do Ministério da Educação. O sistema de ensino passou por duas grandes reformas desde que a nação tornou-se independente. Após a independência, em 1975, o governo angolano defrontou-se “com a existência de um sistema educativo totalmente decalcado do modelo português [...] que resultava em taxas de escolarização muito reduzidas e um elevado índice de analfabetismo que rondava os 85% da população” (GOVERNO DE ANGOLA, 2011, p.3). Somente em 2001, o país aprovou a Lei de Base do Sistema de Educação, que estabeleceu os parâmetros legais para a implantação da última reforma no sistema de ensino, que teve início em 2004.

Segundo o Balanço da Implementação da 2ª Reforma Educativa em Angola, o ensino superior angolano é repartido em graduação e pós-graduação. A graduação comporta o *Bacharelato*, que tem três anos de duração e visa uma preparação científica voltada para o exercício de uma atividade prática, e a *Licenciatura*, que varia entre quatro e seis anos e “oferece uma preparação científica fundamental mais aprofundada, associada à iniciação à prática da investigação científica, em diferentes áreas; para o

exercício de uma atividade prática no domínio profissional” (GOVERNO DE ANGOLA, 2011, p. 15).

Os cursos de Jornalismo em Angola estão inseridos na categoria *Licenciatura*. Em geral, a Licenciatura em Jornalismo possui duração de oito semestres letivos, totalizando quatro anos de formação. Outros cursos, como Ciências da Comunicação e Comunicação Social também costumam ser procurados por estudantes que querem atuar na área do jornalismo. Para aqueles que não querem cumprir a carga horária da Licenciatura, Angola possui ainda centros de formação profissional públicos e privados, com programas de curta duração e temáticas mais específicas como Jornalismo Televisivo e Comunicação.

Criado em 2002, o Centro de Formação de Jornalistas (Cefojor) é a instituição pública de ensino que oferece cursos de formação técnico-profissional na área do jornalismo para qualificar profissionais que já atuam no mercado angolano, mas que não possuem formação acadêmica. Com sede na capital, Luanda, o Centro, vinculado ao Ministério da Comunicação Social, também é direcionado a estudantes de Comunicação Social que querem se especializar em jornalismo, oferecendo cursos básicos na área.

Em Cabo Verde, o primeiro Estatuto do Jornalista, aprovado pela Lei n° 59/V/98 de 23 de Junho de 1998, determinava a obrigatoriedade do diploma superior em Jornalismo para o exercício da profissão. Segundo a lei, poderiam atuar como jornalistas profissionais “os cidadãos maiores, no pleno gozo dos direitos civis e com formação específica na área de jornalismo oficialmente reconhecida” (Artigo 5°). A legislação proibia ainda a contratação de profissionais que não tivessem formação acadêmica específica na área (Artigo 6°). O Estatuto foi uma das conquistas da Lei da Comunicação Social, contida na Constituição da República de Cabo Verde, aprovada pelo parlamento em 30 de abril de 1998.

Em 16 de agosto de 2010, o governo cabo-verdiano sancionou um novo Estatuto do Jornalista, revogando a legislação anterior e determinando que profissionais que vinham exercendo a profissão sem curso superior há menos de dez anos teriam que ingressar na universidade no prazo de cinco anos para continuarem a atuar na área. A nova lei passou a permitir que pessoas formadas em outros cursos além de Comunicação Social pudessem trabalhar como jornalistas, desde que passassem por um estágio de um ano em veículos de imprensa. No caso dos egressos dos cursos de Jornalismo, o estágio obrigatório é de apenas seis meses.

A área de comunicação em Cabo Verde é regulada pela Direcção-Geral da Comunicação Social, órgão ligado ao Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas. O país possui ainda uma agência, a Autoridade Reguladora para a Comunicação Social (ARC), órgão criado constitucionalmente para, entre outras atribuições, emitir a Carteira Profissional de Jornalista. Sediada na cidade de Praia, a entidade é formada por representantes do Conselho Superior de Magistratura, dos veículos de comunicação e jornalistas profissionais previamente eleitos para a função.

Em Cabo Verde, os cursos de graduação em Jornalismo, a exemplo de Angola, também possuem duração de quatro anos. A estrutura curricular está disponível nos sites de algumas instituições e inclui disciplinas teóricas e práticas como Laboratório de Redação Jornalística, História da África, Ateliê de Edição de Áudio, Fotojornalismo, Inglês e Francês para Jornalismo. Assim como no Brasil, os alunos são obrigados a fazer estágio e a apresentar um trabalho final, que as instituições cabo-verdianas costumam chamar de Projeto Multidisciplinar ou Projeto de Redação e Produção Jornalística.

Além dos cursos de Jornalismo, os estudantes de Cabo Verde podem optar por cursos com formação mais abrangente, como a Licenciatura em Ciências da Comunicação, com disciplinas do tronco comum nos dois primeiros anos (História dos Meios de Comunicação, Sociologia da Comunicação, Teoria dos Media, Direito para a Comunicação, entre outras). A partir do terceiro ano, porém, é necessário escolher entre as diferentes especializações, uma delas, em Jornalismo.

Em Moçambique, a Constituição da República, no artigo 50, números 1 e 2, define o Conselho Superior de Comunicação Social (CSCS) como órgão de disciplina e consulta na área. A entidade tem como representantes dois membros indicados pela Presidência da República, quatro membros eleitos pela Assembleia da República, um magistrado designado pelo Conselho Superior de Magistratura Judicial, três jornalistas indicados pelas entidades de classe e um membro escolhido pelas empresas jornalísticas. Na última Lei de Imprensa, aprovada pelo CSCS em 2008, a Carteira Profissional de Jornalista não é uma exigência para o exercício da profissão, uma vez que a licença é dispensada em Moçambique.

No país, a rede de ensino público é mantida pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. Segundo informações do último censo escolar (que reúne

dados referentes ao ano de 2012), em 2004 o país possuía apenas dezessete Instituições de Ensino Superior com 22.256 alunos matriculados. Oito anos depois, já eram 46 IES com 124 mil estudantes, dos quais 81.576 matriculados em instituições públicas. Embora o crescimento tenha sido expressivo, o próprio Ministério reconhece que muitos moçambicanos em idade de frequentar o ensino superior ainda permanecem fora das universidades (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2014).

Em Moçambique, assim como na África de um modo geral, “o ensino do Jornalismo e da Comunicação Social em geral constitui ainda um terreno relativamente virgem” (NAMBURETE e VIEIRA MÁRIO, 2001, p. 2). Lá, os cursos de Jornalismo e Informação estão incluídos na área das Ciências Sociais, Gestão e Direito. De acordo com os Dados Estatísticos Sobre o Ensino Superior em Moçambique (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2014), somente na Escola Superior de Jornalismo (ESJ), principal instituição pública de ensino de jornalismo no país, havia 233 alunos matriculados e um total de 39 docentes. Até aquele ano, não havia registro de mestres ou doutores na área formados em território moçambicano. No site oficial da ESJ, consta que atualmente ela possui cerca de 400 estudantes matriculados, sendo a segunda instituição pública a lecionar cursos de Ciências da Comunicação.

Os processos de regulamentação, incluindo a autorização para o funcionamento das instituições de ensino superior e abertura de novos cursos, são conduzidos pelo Conselho Nacional do Ensino Superior, ligado ao Ministério da Educação. O regulamento de licenciamento e funcionamento das Instituições de Ensino Superior em Moçambique foi definido pelo Decreto nº 48, de 11 de novembro de 2010. Embora a lei defina claramente a natureza das instituições, dividindo-as em diversas categorias e classificações, “na prática, dificilmente conseguiremos destringir quem é quem [...] Mal sabemos por que razão uma determinada instituição se chama Universidade, Instituto Politécnico ou Escola Superior” (ROSÁRIO, 2010, p.69).

Dos quatro países lusófonos selecionados no continente africano, Guiné-Bissau é o que possui menos informações disponíveis na internet sobre a área de educação. Seus indicadores econômicos e sociais colocam o país em condição desfavorável em relação aos vizinhos africanos e ao restante do mundo. Guiné-Bissau ocupa “o quarto lugar no ranking das piores taxas de mortalidade infantil, com 193 pontos, apenas atrás de Chade, Afeganistão e República Democrática do Congo e registra, ainda, um dos maiores índices de mortalidade materna” (PCSS-LUSÓFONOS, 2017). “O fraco

crescimento econômico reflete-se nos baixos níveis de renda per capita (um dos mais baixos do mundo) e no aumento da pobreza, cujo índice passou de 63% em 2006 a 70% em 2012” (GOVERNO DA GUINÉ-BISSAU, 2017).

Em 1991, o Estado da Guiné-Bissau anunciou um pacote de leis para a orientação das atividades ligadas à área da comunicação social, como atesta o Boletim Oficial nº39 de 03 de Outubro de 1991 que insere a Lei de Imprensa (Lei nº4/91), a Lei nº 5/91, documento que aprova o Estatuto do Jornalista, e Lei nº 6/91, que cria o Conselho Nacional de Comunicação Social. “Contudo, nem todas as disposições são conhecidas e praticadas com rigor. Por vezes, porque são desconhecidas e outras porque não apresentam uma adequação à realidade nacional” (PAANE, 2016, p.7).

Na República de Guiné-Bissau, o Conselho Nacional de Comunicação Social é o órgão responsável pela regulação da atividade dos jornalistas no país. Aprovado em 2013, o mais recente Estatuto do Jornalista prevê que apenas graduados em Comunicação Social ou cursos equivalentes podem requerer a Carteira Profissional para o exercício da função de jornalista. A carteira é emitida pelo Sindicato dos Jornalistas, a quem cabe a revalidação e cancelamento dos títulos profissionais (carteiras) dos que não cumprirem os pré-requisitos necessários. O site oficial do Ministério da Educação não traz informações relevantes sobre o processo de controle e acompanhamento dos cursos de graduação no país.

A maioria dos dados obtidos referentes às legislações na área de Comunicação dos países lusófonos da África foi consultada no site da Plataforma das Entidades Reguladoras da Comunicação Social dos Países e Territórios de Língua Portuguesa (<http://plataforma-per.org/conteudo.php>). Com sede em Lisboa, a entidade, fundada em 22 de outubro de 2009, informa em seu site que tem como propósito “ser um fórum de discussão e cooperação, de intercâmbio de informações regulares e de investigação em matérias relativas à regulação da comunicação social”. São membros da PER, as repúblicas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, além de Portugal.

Considerações finais

Como é possível observar, o primeiro passo deste estudo foi identificar as principais legislações e códigos deontológicos nas áreas da comunicação e do

jornalismo nos países lusófonos africanos, buscando traçar um perfil geral do sistema educacional e da atividade jornalística nesses países. A próxima etapa desta pesquisa irá demandar uma imersão no universo acadêmico das escolas de jornalismo, através de contato direto com as IES, no intuito de identificar quais parâmetros (matrizes teóricas, curriculares e pedagógicas) fundamentam os cursos de graduação em jornalismo.

Além dos documentos que já foram apresentados nesta abordagem preliminar, serão levantados os Projetos Pedagógicos de Curso das principais escolas de jornalismo da África lusófona (os critérios de seleção da amostra estão em fase de construção) e realizadas entrevistas com os professores que atuam nas instituições selecionadas. A primeira viagem do pesquisador para os países africanos está definida para o início de 2018.

Esta tese em construção parte da ideia de que o jornalismo é uma forma de conhecimento singular, encarado como “como fenômeno histórico-social concreto e não apenas como organização formal da linguagem que manifesta conteúdos explícitos ou implícitos” (GENRO FILHO, 1987, p. 9), “uma nova modalidade de apreensão do real [...] que possui características próprias enquanto forma de conhecimento social (idem, p.23-24). Aqui está claro que “o jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais” (MEDITSCH, 1997, p.3). Neste sentido, a universidade exerce um papel importante porque dela sai grande parte dos profissionais habilitados para o exercício da prática jornalística.

É na universidade que o futuro jornalista, em tese, encontra a base necessária não somente para o aprendizado das técnicas de redação jornalística como o arcabouço teórico que possibilite o exercício da profissão de modo crítico e reflexivo. Afinal, “ninguém numa redação tem tempo ou vocação para ensinar a um repórter cru as coisas que deveria saber antes de realizar o mais simples trabalho jornalístico. Não é isso o que os editores fazem” (PULITZER, 2009, p.16). É, portanto, no ambiente acadêmico que brotam os frutos capazes de amadurecer epistemologicamente o campo do jornalismo.

Talvez pela similaridade de fatos históricos que aproximam Brasil e África, é possível que muito do que aprendemos sobre jornalismo no nosso país seja equivalente ao conhecimento partilhado pelos jornalistas africanos em seus cursos de graduação. Conforme relata Darcy Ribeiro, projetos de americanização do ensino superior foram trazidos ao Brasil por meio de programas internacionais de ajuda financeira a

pesquisadores brasileiros e latino-americanos. Programas que continham “conteúdos políticos não explícitos” numa clara tentativa de implantar uma “política internacional de colonização cultural” (RIBEIRO, 1969, p. 24).

É provável que o processo de aculturação norte-americano, que influenciou a forma de fazer e pensar sobre jornalismo no mundo, tenha exercido influência também nas escolas de jornalismo do continente africano. É compreensível que o processo de colonização europeia, ainda mais perverso na África, também tenha deixado marcas no sistema educacional, mesmo após a independência dos países, assim como fez no Brasil. Todavia, esta pesquisa parte da hipótese que o campo acadêmico do jornalismo na África lusófona apresenta contribuições singulares para construção do conhecimento na área.

O amadurecimento epistemológico do campo do jornalismo passa, na visão deste pesquisador, pela ampliação do horizonte teórico da área, a partir da contemplação de autores, experiências e realidades do jornalismo que ainda permanecem à margem do conhecimento dos jornalistas formados em nações do mundo ocidental. Os países de língua portuguesa na África talvez tenham mais a nos ensinar sobre jornalismo do que podemos imaginar. É o que este estudo pretende descobrir.

Referências bibliográficas

AVANZA, Marcia Furtado. **Danton Jobim, o mediador de duas culturas: por uma pedagogia do jornalismo.** Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2007.

BENSON, Rodney; NEVEU, Erik. **Bourdieu and the Journalistic field.** Cambridge: Polity Press, 2005 pp.1-47.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do Jornalismo.** 2a ed. São Paulo: Edusp, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Algumas propriedades dos campos.** In: Questões de sociologia. Rio de Janeiro. Marco Zero: 1983.

CHICHAVA, Sergio; POHLMANN, Jhonas. **Uma breve análise da imprensa moçambicana.** Desafios para Moçambique. Maputo: 2010.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. **Processo histórico.** Disponível em: <http://www.cplp.org/> Acesso em: 18.out.2016.

ÉVORA, Silvino Lopes. **Políticas de comunicação e liberdade de imprensa**: análise da situação cabo-verdiana entre 1991 e 2009. Tese de Doutorado. Universidade do Minho. Minho:2010.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 1987.

GOVERNO DA GUINÉ-BISSAU. Portal oficial. Disponível em: www.gov.gw Acesso em: 10.jan.2017.

GOVERNO DE ANGOLA. Balanço da Implementação da 2ª Reforma Educativa em Angola. Ministério da Educação. Luanda: 2011. Disponível em: <http://www.med.gov.ao/VerPublicacao.aspx?id=705> Acesso em: 28.jan.2017.

HOHLFELDT, Antonio. **Imprensa jornalística das colônias de expressão portuguesa**: visão de conjunto. In: Lusofonia e interculturalidade: promessa e travessia. Minho: Editora Humus, 2015. Disponível em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2219/2136 Acesso em: 15.nov.2016.

IBGE. Censo Demográfico, 2015. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 04.set.2016.

LOPES, António Soares. **Os media na Guiné-Bissau**. Bissau: Edições Corubal, 2015.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

_____. **Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir**: a função social da universidade e os obstáculos para sua realização. Ed. Insular. Florianópolis, 2012.

NAMBURETE, Eduardo; VIEIRA MARIO, Tomas. **Relatório final elaborado para o Projecto Desenvolvimento dos Media em Moçambique**. In: Seminário sobre o Ensino e a Formação em Jornalismo e Comunicação em Moçambique. Maputo: 2001.

NETO, Guilherme Guerreiro. **O jornalismo como instituição social**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Fortaleza: 2012.

PANNE, Programa de Apoio aos Actores Não Estatais. **Leis da Comunicação Social**: guia prático. Programa de Reforço de Capacidades dos Órgãos de Comunicação de Guiné-Bissau. Guiné: 2016.

PER, *Plataforma das Entidades Reguladoras da Comunicação Social dos Países e Territórios de Língua Portuguesa*. Lisboa, 2017. Disponível em: <http://plataforma-per.org/conteudo.php>. Acesso em: 10.fev.2017.

PCCS-LUSÓFONOS, Programa de Cooperação Sul-Sul pelo Direito à Educação entre Países Lusófonos. Lusofonias em Educação. Disponível em: <https://cooplusofonoseducacao.wordpress.com/> Acesso em: 11.fev.2017.

PULITZER, Joseph. **A Escola de Jornalismo**: o poder da opinião pública. Série Jornalismo a Rigor. V.3. Florianópolis: Insular, 2009.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Dados estatísticos sobre o ensino superior em Moçambique. Ministério da Educação. Maputo: 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Edwin/Desktop/Doutorado/Tese/Dados%20Estat%C3%ADsticos%20-%20Ensino%20Superior%20em%20Mo%C3%A7ambique%202012.pdf> Acesso em: 20.jan.2017.

RODRIGUES, Andrade Maria da Luz. **Premissas históricas do surgimento e desenvolvimento dos mass-media nos países lusófonos**. Dissertação de Mestrado. Universidade Amizade dos Povos. Moscovo: 2008.

ROSÁRIO, Lourenço do. **Moçambique**: história, culturas, sociedade e literatura. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

VINSENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.